

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

*(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/
CP-T/2012)*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 1) Segundo a NORMAM-08/DPC, que trata sobre o tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

"Os navios de bandeira brasileira e os _____ por armadores _____, em navegação de Longo Curso ou de Cabotagem, navegando em qualquer área marítima do _____, são obrigados a enviar ao _____ suas posições e dados de navegação."

- (A) afretados / brasileiros / mundo / comando do controle naval do tráfego marítimo
 - (B) fretados / estrangeiros / brasil / capitão dos portos
 - (C) afretados / estrangeiros / mundo / comando do controle naval do tráfego marítimo
 - (D) afretados / brasileiros / mundo / comando do distrito naval
 - (E) fretados / estrangeiros / brasil / comando do controle naval do tráfego marítimo
- 2) De acordo com a Lei 7.273/1984, que dispõe sobre a busca e salvamento de vida humana em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção correta.

- (A) Qualquer pessoa é obrigada, em qualquer circunstância, a prestar auxílio a quem estiver em perigo de vida no mar e nos portos.
- (B) A palavra "Imediato" é empregada, especificamente, para designar a pessoa que comanda e que é responsável pela embarcação, seus passageiros e tripulantes, pela carga e pela disciplina a bordo.
- (C) Ao tomar conhecimento de vida humana em perigo no mar, nos portos ou nas vias navegáveis interiores, o Comandante de uma embarcação deverá dirigir-se ao próximo porto da escala e informar o fato à Capitânia dos Portos mais próxima.
- (D) A palavra "ajuda" tem o mesmo significado que a expressão "busca e salvamento".
- (E) A obrigação de prestar auxílio cessa desde que o obrigado tenha conhecimento de que este serviço não é mais necessário, ou quando dispensado pelo comandante da embarcação ou pela Autoridade Naval.

- 3) De acordo com a NORMAM-16/DPC, que estabelece condições e requisitos para concessão e delegação das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção correta.
- (A) Compete ao Comandante de Operações Navais, como Representante da Diretoria de Portos e Costas para a Segurança da Navegação e o Meio Ambiente, coordenar e controlar a execução de atividades de assistência e salvamento de embarcação, não podendo subdelegar a sua função.
 - (B) Compete aos Comandantes de Distritos Navais, como representantes da Autoridade Marítima para o Socorro e Salvamento, delegar a execução de serviços de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.
 - (C) Os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, da administração direta, poderão obter da Marinha, junto somente os da Diretoria de Portos e Costas, a delegação de competência para o exercício das atividades de assistência e salvamento.
 - (D) As atividades de assistência e salvamento serão sempre coordenadas e controladas por Autoridade Naval designada pela Capitania dos Portos da área.
 - (E) A Portaria, concedendo delegação de competência ou autorização para execução das atividades de assistência e salvamento, aprovará o plano de execução da faina, delimitando as coordenadas geográficas de atuação da entidade permissionária e estabelecendo condições outras, julgadas cabíveis e adequadas à situação específica daquele salvamento.

4) De acordo com a NORMAM-09/DPC, que trata de inquéritos administrativos sobre acidentes e fatos da navegação (IAFN) e da investigação de segurança dos acidentes e incidentes marítimos (ISAIM), coloque a letra "A" para atos da navegação ou a letra "F" para fatos da navegação e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- () Afundamento total ou parcial da embarcação por perda de flutuabilidade decorrente de embarque de água em seus espaços internos, devido a adernamento, emborcamento ou alagamento.
- () Desvio da derrota inicialmente programada e para a qual o navio estava aprestado, pondo em risco a expedição ou gerando prejuízos.
- () Emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contra-venção penal, ou como lesivos à Fazenda Nacional.
- () A falta ou a impropriedade de aparelhos, equipamentos, peças sobressalentes, acessórios e materiais, quando em desacordo com o projeto aprovado, as exigências da boa técnica marinha e demais normas e padrões técnicos recomendados.
- () Destruição provocada pela ação do fogo por: combustão dos materiais de bordo ou sobre as águas, em decorrência de derramamento de combustível ou inflamável; curto-circuito elétrico; guarda ou manuseio incorretos de material inflamável ou explosivo.
- () Contato das chamadas obras vivas da embarcação com o fundo, provocando resistências externas que dificultam ou impedem a movimentação da embarcação.

- (A) (A) (F) (A) (A) (F) (F)
- (B) (F) (A) (A) (A) (F) (A)
- (C) (A) (F) (A) (F) (A) (A)
- (D) (F) (F) (F) (F) (A) (F)
- (E) (A) (F) (F) (F) (A) (A)

- 5) Segundo a NORMAM-07/DPC, as ações de Inspeção Naval (IN) na fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário nas Águas Jurisdicionais Brasileiras visam alguns propósitos. Assinale a opção correta, que apresenta um desses propósitos.
- (A) Segurança da carga.
 - (B) Verificação da documentação referente à carga.
 - (C) Prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações.
 - (D) Verificação do processo de produção por parte das plataformas ou de suas instalações de apoio.
 - (E) Salvaguarda da carga.
- 6) De acordo com o decreto nº 2.596/1998, assinale a opção que apresenta corretamente uma infração e sua respectiva penalidade, referente as normas de transporte.
- (A) Transportar carga perigosa em desacordo com as normas, com pena de multa e detenção.
 - (B) Transportar excesso de tripulantes, com pena de multa e suspensão do Certificado de Habilitação até quarenta e cinco dias.
 - (C) Transportar carga no convés em desacordo com as normas, com pena de multa e suspensão do Certificado de Habilitação até trinta e cinco dias.
 - (D) Transportar excesso de passageiros ou exceder a lotação autorizada, com pena de multa ou suspensão do Certificado de Habilitação até sessenta dias.
 - (E) Apresentar-se com as linhas de carga ou marcas de borda livre submersas, com pena de suspensão do Certificado de Habilitação até trinta dias.

- 7) De acordo com a NORMAM-01/DPC, os artefatos pirotécnicos são dispositivos que se destinam a indicar que uma embarcação ou pessoa se encontra em perigo, ou que foi entendido o sinal de socorro emitido. Assinale a opção que apresenta dois tipos de artefatos pirotécnicos caracterizados, respectivamente, como sinais de socorro e sinais de salvamento.
- (A) Foguete manual estrela vermelha com paraquedas e facho manual luz vermelha.
 - (B) Sinal fumígeno flutuante laranja e sinal fumígeno azul.
 - (C) Foguete manual estrela vermelha e facho automático estrela vermelha.
 - (D) Facho manual estrela vermelha e facho automático estrela azul.
 - (E) Sinal fumígeno flutuante laranja e foguete automático estrela laranja.

- 8) De acordo com a NORMAM-11/DPC, que trata sobre as obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional, assinale a opção correta.
- (A) Quando houver interdição à navegação de área aquaviária em face da realização de obras, dragagens, aterro ou de pesquisa e lavras de minerais, qualquer tipo de embarcação poderá trafegar nos limites da área aquaviária interditada, desde que seja divulgado em Avisos aos Navegantes.
 - (B) Parque Aquícola é o espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos.
 - (C) O interessado no estabelecimento de plataformas e unidades de produção de petróleo ou gás nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) deverá apresentar à Capitania dos Portos (CP), à Delegacia da Capitania dos Portos (DL) ou à Agência da Capitania dos Portos (AG) com jurisdição sobre o local da obra, duas vias da planta de localização, em papel, caracterizando a obra em relação à área circunvizinha.
 - (D) A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, de mineração e de recuperação ambiental será concedida pelo Diretor de Obras Cíveis da Marinha após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente.
 - (E) Após a obtenção da Licença Ambiental, o interessado solicitará, por requerimento ao Diretor de Portos e Costas via Capitão dos Portos, autorização para início da atividade de dragagem, informando as datas previstas para seu início e término, e anexando ao requerimento uma cópia da Licença Ambiental. Esta solicitação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 dias úteis do início previsto da dragagem.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

9) Conforme o previsto no decreto nº 4.136/2002, o cometimento de nova infração por agente beneficiado com a conversão de multa simples em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, implicará:

- (A) na suspensão de registro, licença, permissão ou autorização.
- (B) no aumento da penalidade originária ao triplo do seu valor.
- (C) na aplicação de multa em dobro do valor daquela anteriormente imposta.
- (D) em advertência.
- (E) na perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais.

10) De acordo com a NORMAM-03/DPC, sabe-se que, no planejamento e programação dos eventos, os organizadores de atividades náuticas, recreativas ou esportivas, comemorativas ou de exibição deverão observar algumas regras. Assinale a opção que NÃO apresenta uma destas regras.

- (A) Se o evento interferir com o uso de praias, especialmente se realizado a menos de duzentos (200) metros da linha de base, ou se interferir com qualquer área utilizada por banhistas, as autoridades competentes deverão ser alertadas a fim de que possam tomar as providências necessárias para garantir a integridade física dos frequentadores locais.
- (B) Providenciar, junto aos órgãos responsáveis competentes, para que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a segurança do evento.
- (C) O responsável pela segurança deverá dispor do nome e número de inscrição de todas as embarcações participantes e da relação de suas respectivas tripulações, para permitir a eventual identificação de vítimas de acidentes e verificações realizadas pela Inspeção Naval ou por outros órgãos fiscalizadores.
- (D) O responsável pelo evento deverá estabelecer contato com a Diretoria de Portos e Costas com antecedência mínima de sete dias, para se assegurar de que o evento não estará interferindo, de forma inaceitável, com a navegação ou para que outras providências, eventualmente necessárias, sejam tomadas.
- (E) As embarcações de apoio deverão possuir, pelo menos, duas bóias circulares ou ferradura, com trinta metros de retinida, coletes salva-vidas suplementares, sinalizadores náuticos, equipamento de comunicação em VHF ou HF para contato com equipe de apoio em terra e outros recursos de salvatagem julgados convenientes.

11) De acordo com a NORMAM-04/DPC, que trata sobre a operação de embarcações estrangeiras em águas jurisdicionais brasileiras, assinale a opção que apresenta três informações que constam no Atestado de Inscrição Temporária de Embarcação Estrangeira (AIT).

- (A) IRIN, N° IMO, e arqueação líquida.
- (B) Local de construção, IRIN, e ano do batimento da quilha.
- (C) Tipo de navegação, comprimento total, e arqueação bruta.
- (D) Proprietário, operador, e velocidade máxima.
- (E) Seguradora do navio, borda livre, e calado máximo.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

- 12) De acordo com a NORMAM-05/DPC, que estabelece normas para homologação de material, as embalagens são invólucros ou recipientes destinados a conter mercadorias perigosas, e são regulamentadas pelo:
- (A) IMDG Code
 - (B) ISPS Code
 - (C) Modu Code
 - (D) ISM Code
 - (E) IBC Code
- 13) De acordo com a NORMAM-11/DPC, que trata sobre as obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional, quantos tipos de atividades de dragagem poderão ser autorizadas pelo Capitão dos Portos?
- (A) Dois.
 - (B) Três.
 - (C) Quatro.
 - (D) Cinco.
 - (E) Seis.

- 14) Segundo a NORMAM-07/DPC, que trata sobre as atividades de Inspeção Naval, assinale a opção correta quanto à fiscalização do tráfego aquaviário e da Inspeção Naval.
- (A) Quando houver indícios do emprego de embarcações para o transporte de carga ilegal, a Autoridade Marítima deverá ser imediatamente comunicada, solicitando-se a sua presença para lavratura do respectivo Auto de Prisão em Flagrante e Auto de Apreensão da Mercadoria.
 - (B) Quando houver indícios do emprego de embarcações para o transporte de tóxico, de drogas ou de entorpecentes por embarcações, a Autoridade Marítima deverá ser imediatamente comunicada, solicitando-se a sua presença para lavratura do respectivo Auto de Prisão em Flagrante e apreensão do material.
 - (C) A Gerência Especial de Vistoria e Inspeções Navais (GEVI) atua de forma independente, não sendo subordinada à Diretoria de Portos e Costas. A GEVI é composta por Vistoriadores Navais e Inspetores Navais de nível superior, aprovados em cursos de formação com preparo para exercerem a função.
 - (D) Após sanadas as irregularidades que determinaram a apreensão da embarcação, o proprietário que não se apresentar ao órgão competente para retirá-la será notificado a fazê-lo dentro de quinze dias, sob pena de ter sua embarcação leiloadada ou incorporada aos bens da União.
 - (E) As embarcações serão apreendidas mediante lavratura do Auto de Infração sempre que conduzidas por pessoas não habilitadas, não registradas e/ou inscritas. Neste caso, as embarcações serão retidas por tempo determinado.
- 15) Conforme o contido na NORMAM-12/DPC, que trata sobre o serviço de praticagem, as seguintes embarcações estão dispensadas do Serviço de Praticagem:
- (A) As de bandeira brasileira com Arqueação Bruta (AB) até 4.000, de qualquer tipo.
 - (B) Qualquer embarcação que seja comandada por marítimo brasileiro.
 - (C) As classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior e que arvozem bandeira brasileira.
 - (D) As de bandeira estrangeira com Arqueação Bruta (AB) até 4.000, de qualquer tipo.
 - (E) As empregadas em navegação de apoio marítimo, de qualquer tipo com Arqueação Bruta (AB) até 4.000.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

- 16) A Lei nº 9.605/1998, no seu capítulo V, discorre acerca dos crimes contra o meio ambiente. Com relação a tais crimes, assinale a opção correta.
- (A) Pescar mediante a utilização de substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente constitui crime, cuja pena é a reclusão de um a cinco anos.
 - (B) Fundear embarcações ou lançar detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica, constitui crime, cuja pena é a reclusão de um a dois anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
 - (C) Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente constitui crime, cuja pena é a detenção de um a cinco anos.
 - (D) Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras constitui crime, cuja pena é a reclusão de um a quatro anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
 - (E) Causar degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público constitui crime, cuja pena é a de detenção, de um a cinco anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.
- 17) A NORMAM-09/DPC trata de inquéritos administrativos sobre acidentes e fatos da navegação (IAFN) e sobre a investigação de segurança dos acidentes e incidentes marítimos (ISAIM). O prazo máximo para a Instauração do IAFN, contado da data em que um dos Agentes da Autoridade Marítima toma conhecimento do acidente ou fato da navegação, é de quantos dias?
- (A) cinco
 - (B) sete
 - (C) dez
 - (D) quinze
 - (E) vinte

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

18) De acordo com a Lei 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, analise as afirmativas abaixo.

- I - A embarcação estrangeira, submetida à inspeção naval, que apresente irregularidades na documentação ou condições operacionais precárias, representando ameaça de danos ao meio ambiente, à tripulação, a terceiros ou à segurança do tráfego aquaviário, pode ser ordenada a arribar em porto nacional.
- II - A autoridade marítima poderá delegar aos estados a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de qualquer pessoa nas áreas adjacentes às praias, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.
- III- O Imediato, no exercício de suas funções e para garantia da segurança das pessoas, da embarcação e da carga transportada, pode ordenar a detenção de pessoa em camarote ou alojamento, se necessário com algemas, quando imprescindível para a manutenção da integridade física de terceiros, da embarcação ou da carga.
- IV - O proprietário, armador ou preposto responde, nesta ordem, perante a autoridade marítima, pelas despesas relativas ao recolhimento e guarda da embarcação apreendida.
- V - O práctico não pode recuar-se à prestação do serviço de praticagem, sob pena de suspensão do certificado de habilitação ou, em caso de reincidência, cancelamento deste.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

19) Segundo a NORMAM-07/DPC, constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito estabelecido no Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - RLESTA, nas normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima e em atos ou resolução internacional ratificada pelo Brasil, sendo o infrator sujeito às penalidades indicadas no RLESTA. A Autoridade Marítima poderá, mediante procedimento administrativo, aplicar as seguintes penalidades;

- (A) Suspensão do certificado de habilitação até 24 meses e multa.
- (B) Apreensão de embarcações e demolição de obras e benfeitorias.
- (C) Prisão administrativa e cancelamento do certificado de habilitação.
- (D) Apropriação de benfeitorias e demolição de obras.
- (E) Multa e cancelamento do certificado de habilitação.

20) De acordo com a NORMAM-06/DPC, que tem o propósito de estabelecer requisitos e procedimentos para o reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome da Autoridade Marítima Brasileira na regularização, no controle e na certificação de embarcações, assinale a opção que apresenta a definição correta.

- (A) Certificado Estatutário é o certificado emitido para viabilizar a operação regular de embarcações que apresentam deficiências ou restrições operacionais temporárias, as quais não podem ser imediatamente sanadas, mas que, a critério da classificadora, não comprometem a segurança da embarcação, da carga ou das pessoas transportadas, nem apresentam risco significativo de poluição das águas.
- (B) Licença de reclassificação é o documento emitido para atestar que o projeto apresentado de adequação de embarcação já regularizada para operação em nova área de navegação e/ou tipo de serviço/atividade encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.
- (C) Certificado Provisório é o certificado emitido pela Sociedade Classificadora para uma embarcação, atestando o atendimento às suas regras específicas.
- (D) Certificado Condicional é o certificado emitido para atestar a conformidade da embarcação com as regras específicas constantes das Convenções e Códigos Internacionais e/ou Normas da Autoridade Marítima Brasileira.
- (E) Certificado de Classe é o certificado com validade reduzida que pode ser emitido para embarcações que não possuem deficiências, mas que apresentam restrições diversas que impedem a emissão imediata dos certificados definitivos.

- 21) Segundo a Lei nº 9966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e de outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

"O Plano de _____ é o conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades _____ e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um _____, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, _____ e combate à poluição das águas."

- (A) Contingência / individuais / sinistro / controle
- (B) Emergência / setoriais / vazamento / proteção
- (C) Contingência / setoriais / incidente / controle
- (D) Emergência / setoriais / incidente/ controle
- (E) Contingência / setoriais / vazamento / proteção

- 22) Conforme o previsto na NORMAM-12/DPC, que trata sobre o serviço de praticagem, entende-se por CONAPRA (CONSELHO NACIONAL DE PRATICAGEM) uma associação profissional, sem fins lucrativos, que congrega praticos brasileiros, tendo por finalidade representá-los perante autoridades governamentais e entidades representativas de setores do meio marítimo nas questões ligadas à praticagem. A CONAPRA, quando determinada pela Diretoria de Portos e Costas, atuará executando as tarefas abaixo especificadas, EXCETO:

- (A) auxiliar no controle e fiscalização do exercício profissional das Entidades de Praticagem.
- (B) elaborar estudos para corrigir eventuais distorções nas lotações, visando adequá-las às necessidades do Serviço de Praticagem.
- (C) homologar as atalaias e as tripulações das Lanchas de Prático e realizar as inspeções e laudos periciais para homologação do serviço de Lancha de Prático.
- (D) auxiliar como assessor/moderador nos acordos regionais sobre fixação de preços de praticagem nas diversas Zonas de Praticagem.
- (E) auxiliar no controle e na fiscalização do exercício profissional do práctico e na aplicação do Curso de Atualização de praticos (ATPR).

23) Segundo a NORMAM-08/DPC, que trata sobre o tráfego e a permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras, assinale a opção correta.

- (A) É reconhecido, às embarcações de qualquer nacionalidade, o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro e nos acessos de suas águas interiores.
- (B) As embarcações estrangeiras afretadas, contratadas ou similares deverão atender ao que prescrevem as normas específicas para o tráfego deste tipo de embarcações, estabelecidas na NORMAM-04/DPC.
- (C) Toda embarcação, nacional ou estrangeira, equipada com estação radiotelefônica em VHF, deverá manter escuta permanente no canal 17 (166,6 Mhz), quando navegando no mar territorial brasileiro.
- (D) Os navios mercantes de bandeira estrangeira estão obrigados a aderirem ao sistema de informações sobre o tráfego marítimo (SISTRAM).
- (E) O despacho terá validade de até 180 dias para as embarcações de transporte de passageiros, em qualquer situação.

24) Conforme o previsto no Decreto nº 4.136/2002, é correto afirmar que águas marítimas são águas

- (A) abrangidas por uma faixa de dez milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base reta e da linha de preamar, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (mar territorial).
- (B) abrangidas por uma faixa que se estende das dez às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir o mar territorial, que constituem a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).
- (C) sobrejacentes à plataforma continental quando esta ultrapassar os limites da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).
- (D) compreendidas entre a costa e a linha de base reta, a partir de onde se mede o mar territorial.
- (E) compreendidas entre os baixios a descoberto e a costa.

25) De acordo com a Lei 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, são atribuições da autoridade marítima, EXCETO:

- (A) estabelecer os limites da navegação interior.
- (B) elaborar normas para a execução de obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional, no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, sem prejuízo das obrigações frente aos demais órgãos competentes.
- (C) determinar a tripulação de segurança das embarcações, negando às partes interessadas o direito de interpor recurso, quando discordarem da quantidade fixada.
- (D) definir áreas marítimas e interiores para constituir refúgios provisórios, onde as embarcações possam fundear ou varar, para execução de reparos.
- (E) estabelecer os requisitos referentes às condições de segurança e habilidade e para a prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio.

26) De acordo com a NORMAM-05/DPC, o Certificado de Homologação referente às Rações para Náufragos terá validade de até quantos anos?

- (A) Um
- (B) Dois
- (C) Três
- (D) Quatro
- (E) Cinco

- 27) De acordo com a NORMAM-01/DPC, que trata sobre as embarcações empregadas na navegação em mar aberto, correlacione os tipos de vistorias às suas definições e assinale, em seguida, a opção que apresenta a sequência correta.

TIPOS DE VISTORIAS

- I - Vistoria Inicial (V0)
- II - Vistoria de Condição
- III- Vistorias Intermediárias (VI)
- IV - Vistoria de Renovação (VR)
- V - Vistorias Anuais (VA)

DEFINIÇÕES

- () É a vistoria que se realiza para endosso do Certificado de Segurança da Navegação (CSN), sendo necessária à docagem da embarcação.
- () É a vistoria que se realiza durante e/ou após a construção, modificação ou transformação da embarcação, com vistas à expedição do Certificado de Segurança da Navegação (CSN).
- () É a vistoria que se realiza para endosso do Certificado de Segurança da Navegação (CSN), não sendo necessária à docagem da embarcação.
- () É a vistoria estrutural e documental, objetivando atestar se o navio apresenta condições satisfatórias para realizar carregamento de granel pesado e encontra-se com sua documentação estatutária e de classe em dia.
- () É a vistoria que é realizada sempre que for necessária a emissão de um Laudo Pericial.
- () É a vistoria que se efetua para a renovação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN), sendo realizada parte flutuando e parte em seco.

- (A) (I) (II) (IV) (-) (V) (III)
- (B) (III) (I) (V) (II) (-) (IV)
- (C) (II) (IV) (III) (II) (-) (V)
- (D) (-) (II) (I) (V) (III) (IV)
- (E) (I) (II) (V) (-) (IV) (III)

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

28) Segundo a NORMAM-08/DPC, existe um sistema cujo propósito é manter o acompanhamento da movimentação de navios mercantes na área marítima SAR de responsabilidade do Brasil, através de informações padronizadas de navegação fornecidas pelos próprios participantes quando navegando naquela área, de modo que seja aproveitado o grande potencial de recursos para o salvamento no mar representado por estes navios, uma vez que eles podem acorrer rapidamente ao local de um incidente SAR, antes mesmo que qualquer outro meio enviado de terra o faça.

Como se denomina este sistema?

- (A) SIGDEM
- (B) SISTRAM
- (C) LRIT
- (D) SIMMAP
- (E) SISGEMB

29) De acordo com a NORMAM-10/DPC, que trata sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, analise as afirmativas a seguir.

- I - Caracterizado o sinistro, a propriedade dos bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional permanecem na propriedade de seus donos originais até que transcorra o prazo de cinco anos.
- II - As autorizações ou contratos para pesquisa, remoção, demolição ou exploração de coisas ou bens soçobrados ou encalhados estarão automaticamente cancelados sempre que não seja entregue, pelo terceiro mês consecutivo, o relatório mensal das atividades.
- III - A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, devendo a empresa que promove a excursão comunicar à Capitania dos Portos, ou à Delegacia da Capitania dos Portos ou à Agência da Capitania dos Portos local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, as circunstâncias, o período e o local onde ocorrerá a excursão.
- IV - É vedada a alteração ou a remoção de qualquer parte do sítio arqueológico submarino, ficando a empresa promotora da excursão responsável pela fiscalização desse procedimento. O infrator, estará então, passível de multa, a ser aplicada pelo órgão ambiental competente.
- V - Quando as coisas ou bens constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente, o Distrito Naval da localidade poderá determinar ao responsável pelas coisas ou bens submersos ou encalhados em águas sob jurisdição nacional a remoção ou demolição destes, no todo ou em parte.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

30) De acordo com a NORMAM-02/DPC, Os rebocadores empregados na navegação interior, que possuam potência instalada maior que 300 HP, somente poderão efetuar serviços de reboque, mesmo que eventuais ou temporários, caso sejam submetidos a um teste de tração estática. Assinale a opção que apresente o equipamento que NÃO é necessário no ensaio de tração estática longitudinal.

- (A) Tacômetro.
- (B) Cronômetro.
- (C) Anemômetro.
- (D) Correntômetro.
- (E) Taquímetro.

31) De acordo com a NORMAM-04/DPC, a entrada em portos brasileiros de embarcação estrangeira que esteja em atividade de pesquisa ou investigação científica fora de águas jurisdicionais brasileiras (AJB), exige notificação prévia, pela embaixada responsável, ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), e só poderá se efetivar após autorização especial do(a):

- (A) Itamaraty.
- (B) Ministério da Defesa.
- (C) Consulado do País de Origem.
- (D) Marinha do Brasil.
- (E) Embaixada da Bandeira do Navio.

32) A NORMAM-02/DPC, que trata sobre embarcações empregadas na navegação interior, cita que estas embarcações deverão obedecer aos requisitos para o cálculo da borda-livre mínima. Essa borda-livre será obtida por intermédio da seguinte expressão:

$$BL = \frac{[(1000 \times r \times D) - (hs + Ym)]}{(1 + r)} + K$$

Na expressão acima, "Ym" significa:

- (A) fator de flutuabilidade.
- (B) pontal para borda-livre.
- (C) tosamento médio.
- (D) altura equivalente de superestrutura.
- (E) coeficiente Estrutural.

- 33) De acordo com a NORMAM-09/DPC, que trata de inquéritos administrativos sobre acidentes e fatos da navegação (IAFN) e de investigação de segurança dos acidentes e incidentes marítimos (ISAIM), assinale a opção correta.
- (A) O prazo máximo para a conclusão do ISAIM é de sessenta dias;
 - (B) As ISAIM procura atribuir culpa e determinar responsabilidades
 - (C) Acidente marítimo muito grave significa um incidente envolvendo a perda parcial do navio com feridos ou danos ao meio ambiente.
 - (D) Dano material em relação a um acidente marítimo significa um dano que afete de maneira significativa a integridade estrutural, o desempenho ou as características operacionais da infra-estrutura marítima ou de um navio.
 - (E) O cancelamento de uma ISAIM, após a sua instauração, poderá ser realizado pelo Capitão dos Portos da área de jurisdição da investigação.
- 34) De acordo com o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE), o Certificado Internacional de Proteção do Navio deverá ser emitido por um período determinado pela Administração, o qual não deverá exceder quantos anos?
- (A) Três
 - (B) Quatro
 - (C) Cinco
 - (D) Sete
 - (E) Dez

35) De acordo com a NORMAM-02/DPC, as embarcações de passageiros, com Arqueação Bruta (AB) maior que 50, as embarcações de carga, incluindo as embarcações tanque, com AB maior que 100 e as embarcações sem propulsão própria, com AB maior que 200, que forem efetuar o transporte de carga no convés, deverão apresentar a seguinte informação adicional nos planos e documentos previstos para concessão da licença de construção, de alteração ou de reclassificação:

- (A) No plano de segurança, indicação clara do número mínimo de tripulantes.
- (B) Nos planos de seção mestra e de perfil estrutural, indicação da distância mínima entre conveses.
- (C) no folheto de trim e estabilidade, indicação da carga máxima admissível no convés considerado.
- (D) no certificado de proteção de navios, a distância de visibilidade de cada condição de carregamento.
- (E) Nos planos de arranjo geral e de segurança, indicação clara da linha de limitação da área de carga, das áreas de passagem para a tripulação de proa a popa e, caso aplicável, da área de transporte de passageiros no convés considerado.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

36) Segundo a Lei nº 9966/2000, a autoridade marítima tem a responsabilidade, por intermédio de suas organizações competentes, de cumprir a presente lei, cabendo-lhe as seguintes atribuições, EXCETO:

- (A) encaminhar os dados, informações e resultados de apuração de responsabilidades ao órgão federal de meio ambiente, para avaliação dos danos ambientais e início das medidas judiciais cabíveis.
- (B) fiscalizar navios, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, atuando os infratores na esfera de sua competência.
- (C) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo.
- (D) levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais.
- (E) realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, das cargas movimentadas, de natureza nociva ou perigosa, e das plataformas e suas instalações de apoio, quanto às exigências previstas no licenciamento ambiental, atuando os infratores na esfera de sua competência.

37) De acordo com o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias, assinale a opção correta.

- (A) Plano de proteção do navio significa um plano elaborado com vistas a garantir a aplicação de medidas a bordo do navio, criadas para proteger pessoas a bordo, cargas, unidades de transporte de cargas, provisões do navio ou o próprio navio dos riscos de um incidente de proteção.
- (B) Oficial de proteção do navio significa a pessoa, a bordo do navio, designada pela Companhia como responsável, perante o armador, não só pela proteção do navio e da carga, incluindo a implementação e manutenção do plano de proteção do navio, como também pela ligação com o funcionário de proteção da companhia e os funcionários de proteção das instalações portuárias.
- (C) Nível 3 de proteção significa o nível para o qual medidas adicionais específicas de proteção deverão ser mantidas por um período ilimitado de tempo quando um acidente de proteção for provável ou iminente, embora possa não ser possível identificar o alvo específico.
- (D) Funcionário de proteção da Companhia significa a pessoa designada pela Companhia para garantir que: seja feita uma avaliação de proteção do navio; seja elaborado um plano de contingência do navio e que este seja submetido para aprovação e conseqüentemente implementado e mantido; haja ligação com os funcionários de proteção das instalações portuárias e o oficial de proteção do porto.
- (E) Plano de proteção das instalações portuárias significa um plano elaborado para garantir a aplicação de medidas criadas para proteger instalações portuárias, pessoas, cargas, unidades de transporte de cargas e provisões do navio dentro e ao largo da instalação portuária dos riscos de um acidente de proteção.

- 38) Em conformidade com o preconizado na NORMAM-03/DPC, que estabelece normas para amadores, embarcações de esporte e/ou recreio e para cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas, assinale a opção correta.
- (A) Quando embarcações forem adquiridas ou construídas no estrangeiro, os seus pedidos de inscrição e/ou registro deverão ser efetuados no prazo máximo de trinta dias contados da data e sua chegada ao porto, no qual serão inscritas e/ou registradas.
 - (B) As embarcações miúdas inscritas deverão ser marcadas obrigatoriamente com o nome no costado, nos dois bordos e em posição visível.
 - (C) O Certificado de Segurança da Navegação (CSN) perderá a validade sempre que forem introduzidas alterações na embarcação ou após o término do prazo de validade (15 anos), devendo ser emitido um novo certificado após a realização de uma vistoria final ou de renovação.
 - (D) Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações a menos de quinhentos metros das plataformas de petróleo e a menos de duzentos 200 metros das instalações militares, pois são consideradas áreas de segurança.
 - (E) Os motores de popa com potência igual ou maior que 50 HP não serão cadastrados junto à Autoridade Marítima. O campo específico do Boletim de Atualização de Embarcações (BADE), destinado ao número do motor, deverá ser preenchido com a seguinte expressão: "PORT MAXI 50HP".

- 39) Em relação à NORMAM-03/DPC, que trata sobre amadores, embarcações de esporte e/ou recreio e sobre cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas, assinale a opção correta.
- (A) É vedada às embarcações miúdas a navegação em mar aberto, exceto as embarcações de socorro.
 - (B) É considerada embarcação de médio porte aquela com comprimento superior a 24 metros.
 - (C) Linha Base é a linha medida do centro da embarcação até a roda de proa.
 - (D) Embarcação auxiliar é uma embarcação de médio porte, com motor de popa não excedendo a 30HP, devendo possuir o nome pintado em um dos costados e o número da inscrição pintado na popa.
 - (E) Quando navegando em mar aberto, é obrigatório que o timoneiro seja habilitado e que o Comandante ou o seu preposto habilitado permaneça junto ao timoneiro e atento à manobra.
- 40) De acordo com a NORMAM-06/DPC, que trata sobre o reconhecimento de sociedades classificadoras para atuarem em nome do governo brasileiro, assinale a opção que apresenta uma circunstância em que poderá ser emitidos certificados condicionais.
- (A) Sempre que for observada qualquer restrição burocrática que impeça a emissão imediata de certificado correspondente a ciclo de vistorias já concluído de forma satisfatória, sem qualquer deficiência pendente.
 - (B) Sempre que forem constatadas durante vistorias, inspeções, perícias ou auditorias deficiências menores, que não afetem a condição do navio de se fazer ao mar sem perigo para o próprio navio ou para as pessoas a bordo.
 - (C) Sempre que for observada qualquer situação que, a critério da Autoridade Marítima Brasileira, justifique a emissão de um certificado estatutário em condições especiais.
 - (D) Sempre que ocorrer mudança de classificadora, desde que os certificados anteriormente emitidos pela antiga classificadora estejam dentro do prazo de validade, sem qualquer pendência registrada.
 - (E) Sempre que for viabilizada a operação regular de embarcações sem qualquer deficiência ou pendência, mas que ainda não estejam inscritas nas Capitânicas dos Portos ou órgãos subordinados.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

41) Em relação ao Decreto nº 2.596/1998 (RLESTA), que regulamenta a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA), coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo.

- () A autoridade marítima poderá delegar competência para entidades especializadas, públicas ou privadas, para aprovar processos, emitir documentos, realizar vistorias e atuar em nome do governo brasileiro em assuntos relativos à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental.
- () É da competência do representante da autoridade marítima a prerrogativa de estabelecer o valor da multa e o período de suspensão do Certificado de Habilitação, respeitados os limites estipulados na RLESTA.
- () As medidas administrativas serão aplicadas pelo representante da autoridade marítima, por meio de comunicação formal, ao autor formal. Entretanto, em situação de urgência e para preservar a salvaguarda da vida humana e a segurança da navegação, a medida será cancelada imediatamente, devendo a comunicação formal ser encaminhada posteriormente.
- () A autoridade marítima ouvirá o Ministério dos Transportes quando do estabelecimento de normas e procedimentos de segurança que possam ter repercussão nos aspectos econômicos e operacionais do transporte marítimo.
- () O serviço de praticagem é constituído de prático, lancharia de prático e atalaia.

Assinale a opção correta.

- (A) (V) (V) (F) (V) (V)
- (B) (V) (F) (F) (V) (V)
- (C) (F) (V) (F) (F) (V)
- (D) (V) (V) (F) (F) (V)
- (E) (V) (F) (V) (F) (F)

42) De acordo com a NORMAM-10/DPC, a quem compete autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar que não tenham passado ao domínio da União.

- (A) Capitão dos Portos.
- (B) Diretor de Portos e Costas (DPC).
- (C) Comandantes dos Distritos Navais (DN).
- (D) Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).
- (E) Diretor Geral de Navegação (DGN).

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

43) Segundo a Lei nº 7.203/1984, é correto afirmar que, quando a assistência e o salvamento ocorrerem em águas sob jurisdição nacional e existir envolvimento de embarcação brasileira nesta operação, a competência para julgar questões pertinentes ou decorrentes deste salvamento é de responsabilidade do tribunal brasileiro. Acerca desta responsabilidade, assinale a opção correta.

- (A) Toda cláusula que atribuir jurisdição a um tribunal estrangeiro ou toda cláusula compromissória dando competência a um tribunal arbitral sediado no estrangeiro é nula, desde que a embarcação que foi assistida ou salva, seja de nacionalidade brasileira e a assistência e salvamento sejam prestados em águas sob jurisdição brasileira.
- (B) Toda cláusula que atribuir jurisdição a um tribunal estrangeiro ou toda cláusula compromissória dando competência a um tribunal arbitral sediado no estrangeiro é nula, desde que a embarcação, que foi assistida ou salva, seja de nacionalidade estrangeira e a assistência e salvamento sejam prestados em águas sob jurisdição internacional.
- (C) Toda legislação que atribuir jurisdição a um tribunal nacional ou toda cláusula declaratória dando competência a um tribunal arbitral sediado no Brasil dependerá de autorização da autoridade marítima, desde que a embarcação, que foi assistida ou salva, seja de nacionalidade brasileira e a assistência e salvamento sejam prestados em águas sob jurisdição brasileira.
- (D) A cláusula que atribuir jurisdição a um tribunal estrangeiro ou a um nacional dará competência a este tribunal arbitral sediado tanto no Brasil quanto em localidade estrangeira, desde que a embarcação, que foi assistida ou salva, seja de nacionalidade brasileira e a assistência e salvamento sejam prestados em águas sob jurisdição tanto brasileira quanto internacional.
- (E) Qualquer cláusula que atribuir jurisdição a um tribunal estrangeiro, assim como qualquer cláusula compromissória dando competência a um tribunal arbitral sediado no Brasil, é nula, desde que a embarcação que foi assistida ou salva, seja de nacionalidade brasileira e a assistência e salvamento sejam prestados em águas fora da jurisdição brasileira.

44) De acordo com a NORMAM-20/DPC, que dispõe sobre o gerenciamento da água de lastro dos navios, assinale a opção correta.

- (A) Órgão de Meio Ambiente é o órgão de proteção e controle ambiental do poder legislativo federal, estadual ou municipal, integrante do Sistema Nacional de Proteção ao Meio Ambiente Produtivo - SISNAPA.
- (B) Porto Organizado é o porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma Autoridade Portuária.
- (C) Navio significa uma embarcação de qualquer tipo operando no ambiente aquático, excluindo os submersíveis e os engenhos flutuantes.
- (D) Navegação de Cabotagem Nacional é a navegação mercante realizada em águas costeiras de um só país ou em águas marítimas limitadas.
- (E) Autoridade Marítima (AM) é a autoridade exercida diretamente pelo Capitão dos Portos, responsável pela salvaguarda da vida humana e segurança da navegação no mar aberto e hidrovias interiores, bem como pela prevenção da poluição ambiental causada por navios, excluindo de sua responsabilidade as plataformas e suas instalações de apoio.

45) De acordo com a NORMAM-01/DPC, que trata sobre as embarcações empregadas na navegação em mar aberto, coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo.

- () Arqueação Líquida é a expressão do tamanho total de uma embarcação, correspondendo ao volume de todos os espaços fechados. A arqueação líquida é um parâmetro adimensional.
- () Arqueação Bruta é a expressão da capacidade útil de uma embarcação, correspondendo aos seguintes elementos: volume dos espaços fechados destinados ao transporte de carga; número de passageiros transportados; local onde serão transportados os passageiros; relação calado/pontal; e arqueação líquida. A arqueação bruta é um parâmetro adimensional.
- () Os espaços de carga são os espaços fechados adequados ao transporte de carga que tenha de ser descarregada da embarcação, com a condição de que esses espaços tenham sido incluídos no cálculo da arqueação bruta.
- () Pontal moldado (P) é a distância vertical, em metros, medida junto ao bordo na meia-nau, desde a face superior da quilha até o topo do vau do convés de borda-livre. Nos navios de madeira ou de construção mista esta medida será tomada a partir da aresta inferior do alefriz da quilha.
- () Comprimento Total ou Extremo (Ct) é a distância vertical medida entre os pontos extremos de proa a popa. No caso de escunas, não deve ser considerado o mastro de proa.

Assinale a opção correta.

- (A) (F) (F) (V) (V) (F)
- (B) (V) (V) (F) (V) (V)
- (C) (V) (V) (F) (F) (F)
- (D) (F) (F) (V) (V) (V)
- (E) (F) (V) (F) (F) (F)

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

- 46) De acordo com a NORMAM-05/DPC, os coletes classes I (SOLAS) e II deverão ter flutuabilidade e estabilidade suficientes em água doce e tranquila. Com relação a esta obrigação referente aos coletes, assinale a opção correta.
- (A) Permitir que uma pessoa possa ser rebocada a uma velocidade de até 5 nós.
 - (B) Girar o corpo de uma pessoa inconsciente flutuando, de modo que sua boca fique totalmente fora da água, estando seu corpo inclinado para frente.
 - (C) Não ter flutuabilidade reduzida em mais de 10%, após imerso na água doce por 48 horas.
 - (D) Permitir que uma pessoa seja içada por meio de sua alça superior.
 - (E) Permitir à pessoa que o veste nadar uma pequena distância e embarcar em uma embarcação de sobrevivência.
- 47) Segundo a NORMAM-20/DPC, que estabelece as diretrizes para o gerenciamento de águas de lastro de navios, assinale a opção correta.
- (A) As plataformas semi-submersíveis e as flutuantes de perfuração estão isentas dos procedimentos de troca da água de lastro quando seu deslocamento for em águas territoriais e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileiras.
 - (B) As embarcações deverão realizar a troca da água de lastro a pelo menos 100 milhas náuticas da terra mais próxima e em águas com pelo menos 20 metros de profundidade.
 - (C) Todos os navios engajados na navegação de longo curso deverão realizar a troca da água de lastro dos tanques/porções que pretendem deslastrear, quando navegarem entre portos fluviais de bacias fluviais diferentes. Tal troca deve ser de pelo menos duas vezes o volume do tanque de carga.
 - (D) Uma das atribuições do Inspetor Naval, durante a verificação do controle de troca de água de lastro, é verificar a validade do Certificado de Controle de Água de Lastro, emitido pela Autoridade competente do Estado de Bandeira, quando existente, cuja duração não pode exceder três anos.
 - (E) Compete ao DPC, como representante da Autoridade Marítima para a prevenção da poluição ambiental, julgar, em primeira instância, os recursos sobre multas aplicadas por infração às leis e regulamentos relativos à prevenção da poluição ambiental por despejo indevido de água de lastro nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12

- 48) De acordo com a NORMAM-20/DPC, que dispõe sobre o gerenciamento da água de lastro dos navios, o sistema de fiscalização é um componente essencial no controle do gerenciamento da água de lastro. Acerca deste sistema, assinale a opção correta.
- (A) A multa terá por base o objeto administrativo lesado, sendo a multa simples aplicada ao infrator por irregularidades que tenham sido praticadas e quando opuser embargo à fiscalização dos Agentes da Autoridade Marítima.
 - (B) Recurso, de qualquer natureza, que não será conhecido quando interposto perante órgão ambiental ou autoridade competente, será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não o reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
 - (C) A inobservância do prazo para o julgamento torna nula a decisão da autoridade julgadora e o processo. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal, com aviso de recebimento ou qualquer outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência, para pagar a multa no prazo de três dias.
 - (D) O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de dez anos, contados da lavratura do auto de infração anterior, implica a aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento de infração distinta.
 - (E) De acordo com a Lei de Execução Fiscal, o não pagamento de multa imposta implicará na inscrição do infrator na Dívida Ativa da União, sendo os casos omissos ou não previstos na NORMAM 20/DPC resolvidos pelo Agente da Autoridade Marítima.

- 49) De acordo com a NORMAM-10/DPC, para obtenção de autorização para pesquisa em coisa ou bem afundado, submerso, encalhado ou perdido em águas sob jurisdição nacional, o proprietário da coisa ou do bem deverá apresentar alguns documentos obrigatórios à Capitania ou à Delegacia ou Agência da área de jurisdição em que estiver esta coisa ou este bem. Assinale a opção que apresenta um destes documentos.
- (A) Cópia da carteira de trabalho se pessoa física ou contrato de trabalho se pessoa jurídica.
 - (B) Memorial probatório da faina, não necessitando informar o método a ser empregado.
 - (C) Parecer da Capitania (CP), ou da Delegacia (DL) ou da Agência (AG), quando estiver em águas jurisdicionais brasileiras.
 - (D) Parecer da Diretoria de Portos e Costas (DPC), para as embarcações acima de 500 AB.
 - (E) Parecer do Órgão Ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidade de conservação, como os parques marinhos e as reservas ecológicas e biológicas.
- 50) De acordo com a Lei 9.537/1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, assinale a opção correta em relação ao serviço de praticagem.
- (A) O serviço de praticagem consiste no conjunto de atividades profissionais de assessoria ao Comandante requeridas por força de peculiaridades locais que dificultem a livre e segura movimentação da embarcação.
 - (B) A manutenção da habilitação do prático depende do cumprimento da frequência máxima de manobra estabelecida pela Autoridade Marítima.
 - (C) A Autoridade Marítima pode habilitar Comandantes de navios de bandeira brasileira a conduzir a embarcação sob seu comando no interior de zona de praticagem específica ou em parte dela, os quais não serão considerados como práticos nesta situação exclusiva.
 - (D) A Autoridade Marítima poderá estabelecer o número de práticos necessário para cada porto.
 - (E) A inscrição de aquaviários como práticos obedecerá aos requisitos estabelecidos pela Capitania dos Portos do local, sendo concedida especificamente para cada porto/terminal após a aprovação em estágio de qualificação.

Prova : Amarela
Profissão : SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Concurso : CP-T/12